

Contexto político anterior á Batalha de Montes Claros:

Nos sessenta anos que decorreram de 1580 a 1640, o governo dos Filipes foi progressivamente sendo considerado como um período de reis estranhos. Este sentimento acentuou-se a partir de 1621 com o reinado de Filipe III, face ao aumento verificado nos impostos e ao recrutamento de militares portugueses para servirem com o exército espanhol, nomeadamente na guerra da Catalunha. A população portuguesa tinha também, e com fundamento, a percepção de que o referido aumento de impostos não se destinava a melhorar as condições de vida em Portugal, mas sim a financiar projectos espanhóis, nomeadamente as campanhas militares na Europa e a sua expansão ultramarina.

Pelos motivos atrás referidos, a Casa de Bragança foi-se progressivamente tornando o símbolo de uma autonomia política e do restabelecimento da liberdade do povo português. Com efeito e com o passar dos anos, ficou na maioria esmagadora do povo português a ideia clara de que Portugal era essencialmente visto como uma área de angariação de impostos para os objectivos políticos e militares de Espanha, e em que os interesses e necessidades nacionais apenas eram atendidas quando coincidiam ou estavam de harmonia com os objectivos estratégicos espanhóis, como foi o caso com a reconquista da Baía em 1625.

Atestando este distanciamento de Espanha, está o facto dos monarcas espanhóis, apenas terem visitado Portugal por duas vezes: Filipe II entre 1581 e 1583, e Filipe III em 1619. Durante este período de 60 anos o povo português foi progressivamente constatando o alheamento de Espanha, relativamente a diversos assuntos importantes da vida nacional, como a administração pública, a promoção do comércio marítimo, a produção agrícola, ou a defesa eficaz do Ultramar Português. Pelo contrário, a coroa espanhola mantinha-se indiferente ao alastrar em Portugal da fome e pobreza, mostrando contudo uma preocupação permanente na angariação de impostos e de homens, com vista às suas guerras com França, com Inglaterra e nos Países Baixos.

Em face desta situação, o descontentamento em Portugal foi alastrando. Tendo a nobreza mais importante e de maior destaque sido o motor da Restauração. Esta eclodiu em 1 de Dezembro de 1640, tendo de imediato aderido a esta acção outros e variados estratos sociais, do alto clero às gentes mais humildes. Esta adesão colectiva do povo português explica os sacrifícios humanos e materiais demonstrados nos anos seguintes na resistência militar, ao longo das fronteiras e no território ultramarino. Este período de 28 anos, que decorreram de 1640 ao tratado de paz com Espanha, celebrado em 13 de Fevereiro de 1668, constitui assim uma epopeia notável, que no decurso dos séculos e com o ensinamento da história recente, cada vez mais se eleva no conjunto do passado nacional.

Proclamado o Duque de Bragança como D. João IV, logo se escolheram os governadores do Reino, que procuraram assegurar a sua administração e a obtenção de dinheiro e armas para a sua defesa. Ainda no dia 1 de Dezembro começaram os governadores a escrever a muitas câmaras e outras instituições a solicitar que se apelidasse o Duque de Bragança como Rei de Portugal. Estas comunicações espalharam-se rapidamente pelo Reino, de tal forma que no final do ano de 1640 não havia vila ou cidade que não houvesse aderido á Restauração.

D. João IV chega a Lisboa a 6 de Dezembro entregando-se ao governo da nação, nomeando os primeiros embaixadores, promulgando legislação urgente e resolvendo problemas de ordem militar. Procurou assegurar a continuação do comércio marítimo, incluindo o efectuado por mercadores estrangeiros, e procurou criar as condições tendentes ao regresso de portugueses que estivessem no estrangeiro, nomeadamente em Espanha. Nomeou nobres de sua confiança para a defesa militar de pontos estratégicos da fronteira do Reino, do Minho ao Algarve. Dentro destas medidas, nomeou para a defesa de Elvas o Conde de Vimioso.

Sendo o problema militar o principal, por estar em causa a sobrevivência do Reino, constituiu em 11 de Dezembro o Conselho de Guerra, formado por 10 homens com experiência militar. A situação era desfavorável, pois os cofres públicos estavam vazios. O momento exigia contudo acção, pelo que apenas com os meios disponíveis, este Conselho passou a ocupar-se de questões como a nomeação de oficiais, projectos de guerra, alistamento de tropas, arranjo de fortificações e de outras matérias relacionadas com a organização militar do Reino.

A aclamação de D. João IV verificou-se em 15 de Dezembro, no Terreiro do Paço em Lisboa. Seguidamente o novo monarca convocou as Cortes, que se iniciaram em Lisboa em 28 de Janeiro de 1641, com a participação do clero, da nobreza e do povo. Com estas Cortes permitiu-se o recrutamento de 20,000 infantes e 4,000 cavaleiros, que implicava um encargo global de 1,800,000 cruzados.

No ano seguinte convocaram-se novas Cortes, novamente em Lisboa, tendo D. João IV solicitado um acréscimo total de 600,000 cruzados, de forma a fazer face às despesas de guerra contra a Espanha.

Apesar desta evolução dos acontecimentos favorável à Restauração, parte da nobreza e alguns prelados mostravam-se-lhe hostis. A Duquesa de Mântua recolhera-se em Xabregas, onde recebia os descontentes, que iam preparando uma contra-revolução que tinha em Madrid o centro de operações. Alguns nobres e prelados que viviam em Espanha não aceitaram a oferta de regresso e de perdão efectuado por D. João IV, por inveja e oposição à Casa de Bragança e acreditando que a resistência da Restauração seria inútil logo que o exército de Filipe IV se decidisse a entrar em Portugal. Desenvolveu-se assim a conspiração de 1641, que tinha por fim o assassinato de D. João IV. Contudo um dos aliciados denunciou a conjura, tendo a grande parte dos implicados que estavam em Portugal sido presos e, por ordem do novo monarca, sido executados no Rossio a 29 de Agosto de 1641. Tal sentença teve também o objectivo de servir de exemplo, demonstrando claramente quem tinha passado a deter o poder em Portugal.

Os confrontos militares começaram em 1641, com escaramuças no Alto Minho, Beira Alta e sobretudo no sotavento Algarvio e no Alentejo. Foi contudo em 26 de Maio de 1644 que se verificou a primeira batalha, a Batalha do Montijo. Travada em Espanha, perto da Badajoz, 7,000 portugueses conseguiram derrotar 8,500 espanhóis, transformando um confronto que inicialmente se revelava desfavorável, numa retumbante vitória.

Em Janeiro de 1645 iniciaram-se novas Cortes de Lisboa, que serviram em primeiro lugar para angariar um novo imposto de 2,150,000 cruzados, destinado a financiar o esforço de guerra, nomeadamente para o pagamento do soldo a cavaleiros e infantas. Foi também criado um tribunal da Junta dos Três Estados para gerir os dinheiros públicos.

Em 1645 deram-se combates junto a Olivença, tendo esta cidade sido cercada sem sucesso por um exército espanhol de 12,000 efectivos, sob o comando de Marquês de Leganez. Em 1646 continuaram as escaramuças, tendo as forças portuguesas sofrido pequenas derrotas em Vila Viçosa e Terena. O exército português deparava-se contudo com carências financeiras, que foram em parte compensadas por várias comarcas, assim como por nobres e religiosos.

Neste período de grande incerteza e aflição em relação ao futuro, em face da mais que provável invasão do exército espanhol, D. João IV, numa cerimónia realizada em 1646 na Igreja de Vila Viçosa, consagra o povo português à Imaculada Conceição e proclama Nossa Senhora como rainha e padroeira de Portugal. Não mais os reis de Portugal voltariam a colocar a coroa real na cabeça, pois a partir de então esse direito foi conferido à imagem de Nossa Senhora.

Felizmente o período da Restauração coincidiu para a Espanha com a Guerra dos Trinta Anos, a cuja paz a nação vizinha aspirava com o fim de lançar o seu peso militar sobre Portugal. Por esse motivo os anos que decorreram até 1656 saldaram-se apenas por pequenos confrontos fronteiriços e saques a povoados inimigos. Estes anos foram assim salvadores para o nosso País, permitindo que a coroa portuguesa se preparasse financeira e militarmente para os confrontos que se adivinhavam. Foi assim possível recrutar infantas e proteger as fronteiras, fortificar castelos e vilas, obtendo armas e munições para o exército, enquanto se construíam navios para a protecção da costa.

Simultaneamente o País teve em D. João IV um monarca à altura deste período difícil da sua História, pois soube dar adequadamente ordens e instruções para os seus exércitos, avaliar correctamente as situações militares e preparar convenientemente a obtenção de homens, víveres e material de guerra. Não deixou também de acorrer às fronteiras do Reino, em horas difíceis, encorajando os soldados e as populações.

Iniciaram-se entretanto novas Cortes em Lisboa em Outubro de 1653, que aprovaram contribuições adicionais para o esforço de guerra, por parte dos três estados. Este esforço financeiro e militar esteve na base das vitórias alcançadas dez anos mais tarde. As Cortes serviram ainda para o juramento do príncipe D. Afonso como novo herdeiro do trono.

Foi posteriormente assegurada a produção, dentro do reino, de salitre e de estanho, indispensáveis respectivamente para a confecção de pólvora e para a fundição de artilharia.

D. João IV morre em Novembro de 1656, tendo confiado em testamento a regência do Reino a D. Luísa de Gusmão. Embora espanhola por nascimento, da região da Andaluzia, D. Luísa desde logo abraçou a causa do seu marido, tendo servido eficazmente a Restauração antes e depois da morte de D. João IV, procurando assegurar a independência de Portugal e a sobrevivência da Dinastia.

Em 15 de Novembro de 1656 fez-se o juramento do novo rei, D. Afonso VI, então com apenas 13 anos. A situação era delicada, pois aliada à idade do novo rei, anunciava-se o recomeço da ofensiva espanhola, o que poderia comprometer o esforço de 16 anos de luta da Restauração. D. Luísa soube contudo ter o bom senso necessário, nomeando a chamada “Junta Nocturna” para tratar dos negócios públicos, que agrupava nobres, prelados e seus secretários. Este sistema mostrou-se útil e funcionou durante o período da regência, ou seja, de 1656 a 1662.

Com a morte de D. João IV, com a recuperação da Catalunha em 1652 e com a amenização militar noutras frentes, nomeadamente com o fim da “Guerra dos Trinta Anos em 1648, Madrid resolveu concentrar as suas forças na recuperação de Portugal. Foram assim cercadas e tomadas em 1657 Olivença e Mourão. De referir contudo que a queda de Olivença se ficou a dever mais à falta de vontade do seu comandante em a defender, do que propriamente ao ataque espanhol.

Esta ofensiva militar espanhola não teve contudo continuidade, uma vez que a impossibilidade de Espanha em obter um acordo de paz com a França e com a Inglaterra, obrigou Felipe IV a defender a Flandres e a deixar novamente a recuperação de Portugal para segundo plano. Portugal pôde também contar com o apoio de Inglaterra e França no seu conflito com a Espanha, uma vez que estes dois Países viam em Portugal um motivo para a Espanha desviar do norte da Europa uma parte do seu exército.

Em Abril de 1658, Portugal replicou à tomada de Olivença com a tentativa de conquista de Badajoz. Esta cidade tinha uma grande importância estratégica, na medida em que constituía uma base importante para os ataques espanhóis a Portugal, ao mesmo tempo que permitiria uma marcha contínua para Madrid, por parte do exército português. O cerco português não se prolongou, porém, face à boa defesa da cidade e à chegada iminente de um exército espanhol de socorro, o que levou os portugueses a retrocederem para Elvas, a partir de 11 de Outubro de 1658.

O exército de socorro espanhol, comandado por D. Luís de Haro, perseguiu então o exército português, tendo atravessado a fronteira na Ribeira do Caia, dando início ao cerco que levaria à Batalha das Linhas de Elvas. Simultaneamente no Minho a situação militar era também perigosa para Portugal, com o cerco de Monção por parte do exército da Galiza, que se iniciara a 7 de Outubro de 1658. Monção iria contudo ficar entregue às suas próprias defesas, pois não havia tropas portuguesas suficientes para acudir a duas frentes.

A praça de Elvas ficou assim cercada a partir de 22 de Outubro de 1658. Em 14 de Janeiro de 1659 o cerco espanhol a Elvas foi contudo quebrado por um exército de socorro português, que obteve uma vitória significativa no que ficou conhecida como a Batalha das Linhas de Elvas.

A guerra ainda não fora contudo ganha, pelo que se tomaram diversas medidas que visavam a defesa do País, como a proibição de venda de armas de fogo por parte de soldados portugueses, e em Janeiro de 1661 tornou-se obrigatório o uso do papel selado para quaisquer petições a dirigir aos ministros e a entidades da administração pública, o que proporcionava receitas imprescindíveis para acudir aos custos da guerra. Proibiu-se

também em Dezembro de 1660 a saída do Reino de quaisquer pessoas sem autorização régia, sendo privadas da cidadania e honras as que violassem esta determinação.

Num acordo preparado por D. Luísa de Gusmão, então ainda regente do Reino, foi assinado em Lisboa a 23 de Junho de 1661, o Tratado Anglo-Luso, que permitiu o casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra. Este Tratado visava essencialmente obter o apoio inglês à causa da Restauração, visto que com a Paz dos Pirenéus, a França tinha deixado Portugal à mercê de Espanha.

A regência de D. Luísa de Gusmão manteve-se até 23 de Junho de 1662, data em que D. Afonso VI, então com 19 anos, assume o poder em Portugal. Embora D. Luísa de Gusmão estivesse disponível para se manter na regência mais alguns anos, um grupo de nobres portugueses, seguramente também por interesses pessoais, provocou a posse do novo rei, D. Afonso VI. D. Luísa de Gusmão ficou contudo para sempre reconhecida como tendo reforçado as condições de sobrevivência da Dinastia Nova e de ter defendido eficazmente a defesa e a independência do Reino, entre 1657 e 1662. Morreu em Novembro de 1666.

A eficiência na governação foi contudo mantida, pois em 1662, D. Afonso VI nomeou D. Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor, para o cargo de “escrivão da puridade”, embora tivesse então apenas 26 anos. Este cargo abrangia o exercício de actos públicos e particulares, a correspondência diplomática, as nomeações para os cargos de administração no Reino e no Ultramar, e a resolução dos principais problemas do País. O Conde de Castelo Melhor soube corresponder com competência à difícil situação em que o Reino se encontrava, utilizando adequadamente um poder centralizado que a Restauração impunha. Pela visão como organizou o Reino, e o defendeu contra a ameaça castelhana, nesta hora crítica, o Conde de Castelo Melhor jamais poderá ser apagado da História da Restauração.

Os soldados portugueses estavam frequentemente com o pagamento dos soldos em atraso, e no Alentejo, andavam muitas vezes descalços. Graças ao apoio alemão chegara entretanto a Portugal o Conde de Schomberg, um dos maiores generais do tempo e que prestaria um muito bom serviço ao triunfo da Restauração. Veio a desempenhar as funções de mestre-de-campo-general.

Segundo informações então obtidas, e após o fracasso de Elvas, o exército espanhol não queria agora obter praças isoladas, mas sim penetrar fundo no Alentejo e no País para atingir a foz do Sado, cercar Lisboa e render a capital pela fome.

Em meados de 1662, o exército inimigo estava formado na fronteira do Alentejo, rondando a área de Vila Viçosa. Este exército fez incursões sobre Veiros, e saqueou Monforte, Crato e Castelo de Vide.

Chegaram entretanto a Portugal 2,700 ingleses, 2000 de infantaria e 700 de cavalaria, que foram colocados nas zonas mais permeáveis do Alentejo.

D. Sancho Manuel, que havia comandado a praça de Elvas durante o cerco espanhol em 1658, foi nomeado governador das armas do Alentejo. O comando das forças de cavalaria e artilharia coube respectivamente aos generais Dinis de Melo e Castro, e D. Luís de Meneses, ficando o Conde de Schomberg a dirigir as forças estrangeiras.

Os espanhóis agora libertos das guerras da Catalunha, Países Baixos e resto da Europa, tinham agora os olhos totalmente postos em Portugal. Desta forma, em Abril de 1663 concentra-se o exército espanhol em Badajoz, comandado por D. João de Áustria, filho de Filipe IV, pronto para invadir Portugal. D. João de Áustria era o seu mais prestigiado general espanhol e reconhecidamente um dos melhores comandantes da Europa da sua época, com vasta experiência de comando nas guerras europeias onde se tinha coberto de vitórias e glória.

O exército espanhol era composto por 15,000 infantes, 6,500 cavaleiros, 5,000 carros com munições e mantimentos e 20 peças de artilharia. A infantaria compunha-se de 32 terços, sendo 19 espanhóis, 8 italianos e 5 alemães, cada um dirigido por grandes fidalgos de Espanha. Tratava-se do maior exército que Espanha tinha reunido para invadir Portugal.

Vivia-se assim um momento decisivo da história de Portugal, na medida em que todo o esforço e todas as anteriores vitórias portuguesas na guerra da restauração poderiam não servir de nada, correndo o País o risco de perder a sua independência. Era a sobrevivência de Portugal que estava em causa.

Foi assim que a 6 de Maio de 1663, D. João de Áustria saiu de Badajoz no comando do referido exército espanhol, rumo à invasão de Portugal que confiava ser bem sucedida. Depois de cercar e tomar Évora a 22 de Maio, parte do exército espanhol atingiu Alcácer do Sal.

Considerando contudo que estrategicamente deixara de ter uma posição favorável, devido à dispersão das suas forças e ao reforço do exército português, o exército espanhol opta por recuar em direcção a Badajoz.

Não podendo contudo evitar o combate, o exército espanhol é obrigado a tomar uma posição no Ameixial, a 7 km de Estremoz. A Batalha do Ameixial, travou-se assim a 8 de Junho de 1663, com o ataque português às posições espanholas. A vitória portuguesa foi esmagadora, tendo os espanhóis sido completamente desbaratados, deixando no campo 4,000 mortos, 3,500 prisioneiros e 2,500 feridos. Os restantes militares espanhóis fugiram desordenadamente para Arronches, onde tinham uma pequena guarnição e posteriormente para Espanha.

Embora o perigo de uma nova invasão ficasse de momento afastada, havia que prestar atenção à fronteira de Almeida, pelo que ali regressou Pedro Jacques de Magalhães, governador de armas daquela província. Com um exército de 4,000 infantes e 700 cavaleiros o duque de Ossuna entrou em Portugal e atacou Castelo Rodrigo, que dispunha apenas de uma guarnição de 150 homens. Embora com um exército mais pequeno, Pedro Jacques ocorreu de Almeida e no dia 6 de Julho de 1664, no campo das Salgadas, entre Castelo Rodrigo e o lugar da Mata, decidiu combater o inimigo. A vitória coube às forças portuguesas, fugindo o duque de Ossuna para Espanha. No terreno as forças espanholas deixaram um milhar de mortos, bem como a sua artilharia e mantimentos.

O desenrolar da Batalha:

Filipe IV de Espanha não se conformava contudo com a revolta empreendida por Portugal, e vivia determinado a recuperar a Coroa Portuguesa. A guerra de recuperação de Portugal não estava porém a correr bem para Espanha. Não só não conseguiram recobrar o País, como somaram pesadas e humilhantes derrotas no Montijo, nas Linhas de Elvas, no Ameixial e em Castelo Rodrigo.

Contudo agora tinha terminado a guerra que os espanhóis mantinham com os franceses em diversas frentes. Podiam assim concentrar-se em Portugal, reunir forças e material para uma ofensiva de grande envergadura, que de vez decidisse a guerra a seu favor.

Para comandar o exército invasor, Filipe IV mandou vir da Flandres o experiente e afamado Marquês de Caracena. Outra razão para a chamada de Caracena teria a ver com o facto de ser o único general de gabarito espanhol, ainda não derrotado e desprestigiado na fogueira das vaidades que a guerra da restauração constituía para os grandes cabos de guerra espanhóis.

Devido à disponibilidade de meios espanhóis nas diversas áreas anteriormente referidas, foram reunidas tropas que a Espanha mantinha na Europa continental, e que eram experimentadas nos vários cenários de guerra, como era o caso da Flandres, dos Estados Italianos, da Alemanha, da Suíça, e de tropas que haviam combatido as forças franceses. Era a elite e a fina-flor dos experientes e afamados tércios espanhóis. No total o exército espanhol atingia cerca de 22,000 homens, dos quais 15,000 infantas e 7,000 cavaleiros, a grande maioria dos quais com grande experiência de combate. Este exército dispunha ainda de quatorze peças de artilharia.

Avisado de tal, o arguto Conde de Castelo Melhor, primeiro-ministro português à época, homem avisado, tomou medidas consentâneas: Mandou contratar mercenários de comprovada qualidade, rever e adquirir armamento, chamar socorros da Beira e de Trás-os-Montes, pelo que em Maio de 1665 já tinha concentrado em Estremoz um exército bem preparado de 20,500 homens, dos quais 5,500 cavaleiros. Entre estes 5,500 cavaleiros, existiam quatro regimentos franceses e um inglês. Na infantaria existia também um regimento de alemães e italianos. O exército português dispunha ainda de vinte peças de artilharia, uma parte das quais tinha sido capturada na Batalha do Ameixial.

Estrategicamente era sabido que o principal cenário e decisivo da guerra da restauração era o Alentejo, pelo que a programada invasão espanhola teria com toda a probabilidade lugar nessa província.

A 1 de Junho de 1665, o Marquês de Caracena, à frente de um poderoso exército, partiu de Badajoz, passando o Caia no dia 7. No dia 9 de Junho, Borba caía em seu poder. Investiu de seguida sobre Vila Viçosa, que cercou e tentou tomar de assalto. Apesar de diminuta, a guarnição estava bem comandada e resoluta quanto à sua defesa, pelo que resistiu bravamente às investidas das experimentadas tropas espanholas. No entanto a situação era crítica para os sitiados. Com efeito o castelo de Vila Viçosa era pequeno, não podia receber muitas forças, pelo que a resistência a opor seria por poucos dias, sendo portanto a perda da praça considerada inevitável.

Em Lisboa, o rei D. Afonso VI informado pelo Marquês de Marialva destas circunstâncias, reúne o seu Conselho ficando então decidido socorrer Vila Viçosa. Para esse efeito é ordenado que se concentrassem em Estremoz todas as forças portuguesas, sendo para aí também enviados 6,000 soldados franceses, que acabavam de desembarcar em Lisboa.

Ao receber estas notícias, o Marquês de Marialva, que voltara entretanto por ordem do Conde de Castelo Melhor a exercer as funções de comandante do exército português do Alentejo, e que tinha o seu exército reunido em Estremoz, resolveu pôr-se em marcha. Tinha como objectivo socorrer a heróica guarnição da praça sitiada, antes que esta soçobrasse ao peso dos números do inimigo. Assim o exército de socorro saiu no dia 17 de Junho de Estremoz em direcção a Vila Viçosa, com o intuito não só de libertar esta praça do cerco inimigo, mas também de provocar uma batalha contra o exército espanhol.

O nosso exército era composto como se referiu por 20,500 soldados de infantaria e de cavalaria. O general comandante, Marquês de Marialva, era acompanhado pelo Conde de Schomberg, governador das armas, D. Diniz de Melo e Castro, general de cavalaria e D. Luís de Meneses, general de artilharia, bem como pelo Conde de S. João, governador de armas de Trás-os-Montes e por Pedro Jacques de Magalhães da província da Beira, e ainda por muitos oficiais da principal nobreza do reino. De acordo com o testemunho do Conde da Ericeira, o moral dos soldados portugueses era muito elevado, com uma experiência crescente na arte militar, e com uma disciplina e uma coragem que conduzem à vitória.

No dia 17 de Junho, os espanhóis ao saberem da aproximação do exército português deixaram uma pequena força a cercar Vila Viçosa, para que a guarnição não efectuasse nenhuma saída em auxílio do exército de socorro, e partiram ao encontro dos portugueses. Os dois exércitos encontraram-se então na planície situada entre as serras da Vigária e da Ossa., a partir das nove horas da manhã.

Caracena pretendeu atacar o exército português ainda em marcha, com o objectivo de criar uma confusão. O Marquês de Marialva percebeu este intento, e ordenou que o seu exército parasse em Montes Claros e dispondo-o em ordem de batalha. Schomberg executou esta missão com rapidez e com a sua hábil ciência militar.

O exército do Marquês de Caracena iniciou a marcha em massa contra as forças portuguesas, através de dois corpos, um de cavalaria e outro de infantaria, tendo-se os primeiros combates verificado junto ao Convento de Nossa Senhora da Luz. Caracena, que colocou o seu posto de comando na Serra da Vigária, pretendia surpreender a cavalaria portuguesa que estava dividida em duas alas, carregando a cavalaria espanhola sobre o centro e a ala direita portuguesa, procurando isolá-las da ala esquerda.

O Conde de Schomberg prevendo essa intenção espanhola, fez deslocar a cavalaria portuguesa do flanco esquerdo (vinhas) para o flanco direito (contrafortes da Serra de Ossa), o que se revelou uma medida extremamente acertada. Iniciado o ataque da cavalaria espanhola no flanco direito português, os terços e a cavalaria portuguesa da primeira linha sofreram uma forte pressão, salvando-se apenas dessa situação crítica pelo referido reforço da cavalaria portuguesa e pela intervenção decidida da artilharia

chefiada por D. Luís de Meneses, que abriu fogo à queima-roupa contra as linhas inimigas.

Ao mesmo tempo a infantaria espanhola avançou, apesar das dificuldades do terreno composto por vinhas, sobre a infantaria portuguesa situada na ala esquerda. Perante esse avanço espanhol, um regimento inglês efectuou uma retirada precipitada, dois regimentos franceses foram rechaçados e um terço de auxiliares de Évora que ia em seu auxílio sofreu um revês. O Conde de Schomberg que com grande diligência acodia aos mais difíceis confrontos, chamou pelos terços de Manuel de Sousa de Castro, Alexandre de Moura e de Martim Correia de Sá e introduziu-os nesse local a combater. Esta iniciativa obrigou os castelhanos a perder o terreno que haviam ganho.

Mais tarde e depois de recomposta, a cavalaria espanhola procurou romper a segunda linha da ala direita portuguesa. Perante a situação crítica que se criou, destacou-se o Marquês de Marialva ao organizar uma forte resistência com piques e artilharia, bem como o Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses que comandava a artilharia portuguesa, conseguindo-se dessa forma evitar o recuo do exército português.

Deram-se em seguida choques muito duros e violentíssimos entre os esquadrões dos dois exércitos, com avanços e recuos entre as duas cavalarias. Nesse momento o Marquês de Marialva temendo que a infantaria espanhola acabasse por romper o flanco esquerdo português, situado como se referiu num terreno com vinhas, o que comprometeria a defesa brilhante que a segunda linha portuguesa do centro e da direita estava a efectuar, desguarneceu a ala direita portuguesa, e deslocou alguns terços para a ala esquerda. Este movimento, efectuado com rapidez, permitiu restabelecer o equilíbrio do combate a favor das forças portuguesas, evitando-se assim o rompimento das linhas portuguesas.

Curiosamente em várias ocasiões se refere terem-se os combates desenrolado em terrenos plantados com vinhas, junto á Serra da Vigária. Em muitos locais esta área está hoje ainda plantada com vinhas.

A Batalha foi de uma dureza extrema, estando durante muito tempo indecisa, ou parecendo mesmo pender para o lado espanhol. Ás três da tarde, depois de sete horas de duros combates, foi possível suster a agressividade dos ataques do exército espanhol, em face da tenaz e bem organizada resistência portuguesa. As forças portuguesas, depois de recompostas das primeiras brechas e sob a protecção da sua artilharia que colocada nos contrafortes da Serra d'Ossa sempre se revelou extremamente eficaz, conseguiram fazer recuar o inimigo.

Verificando não conseguir romper as forças portuguesas, a cavalaria castelhana parou as suas cargas e a artilharia suspendeu os disparos. O exército espanhol pretendeu então retirar disfarçadamente, tendo D. Diniz de Melo, general de cavalaria, sido avisado dessa intenção, decidindo então carregar decididamente sobre os castelhanos. A investida foi tão enérgica que transformou a retirada em debandada desordenada.

O Marquês de Marialva ao ver a cavalaria espanhola em fuga em direcção a Borba, tirou o máximo partido da situação cortando-lhe a retirada. Este facto agravou ainda mais a desordem da retirada, deixando então o exército espanhol na posse dos portugueses

milhares de prisioneiros. Escaparam apenas quatro terços que se tinham concentrado na Serra da Vigária, junto ao Marquês de Caracena.

O Marquês de Caracena permaneceu durante toda a batalha no alto da Serra da Vigária. Esta retirada desordenada do exército espanhol foi assim por ele presenciada, não tendo assim conseguido executar uma retirada em boa ordem. Dois anos antes, Caracena havia criticado duramente D. João de Áustria, pela forma pouco eficaz com que este havia conduzido as tropas espanholas em território português.

Nesse momento, a guarnição de Vila Viçosa ao verificar a evolução da batalha, investiu corajosamente, rompendo o cerco que 1,800 espanhóis lhe faziam. Foi apresada a artilharia espanhola que se encontrava em volta de Vila Viçosa, sendo também feitos muitos prisioneiros. Os restantes sitiados espanhóis debandaram.

A Batalha de Montes Claros terminou assim com uma pesada derrota espanhola, depois de nove horas de combates. O exército português sofreu cerca de 700 mortos. O exército espanhol sofreu contudo 4,000 mortos e 6,000 prisioneiros, tendo ainda perdido 3,500 cavalos, que foram posteriormente distribuídos pelas várias companhias do Reino. Foram também capturadas ao exército castelhano 14 peças de artilharia, inúmeras balas, todo o tipo de armas de infantaria, oitenta bandeiras de infantaria e dezoito de cavalaria.

Animados por este êxito, os portugueses passaram à ofensiva embora sem grande êxito, pois a retirada da cavalaria inimiga, sobretudo para a praça de Juromenha, não permitiu que o êxito do exército português se tornasse mais retumbante.

Mais um grande general espanhol era imolado na fogueira da guerra da restauração. Mais um perigoso plano de invasão fora batido e a independência do reino consolidada. O Conde de Schomberg, o Conde de São João, D. Luís de Menezes e outros, pretenderam então explorar o sucesso e conquistar Mérida. O Marquês de Marialva que tinha opinião contrária, não permitiu que se tomasse nenhuma resolução sem se consultar primeiro o rei de Portugal. Este deliberou contudo que o exército português se aquartelasse, o que foi prontamente cumprido.

No padrão evocativo da Batalha, que se colocou poucos anos depois de 1665 no campo de Montes Claros, pode-se ler:

“ No ano de 1665, reinando em Portugal D. Afonso VI, em quarta-feira dia 17 de Junho do mesmo ano, dia INFRA OITAVA do glorioso santo português, neste sitio de Montes Claros, D. António Luíz de Meneses, Marquês de Marialva, capitão general do Alentejo, em batalha singular por espaço de nove horas, que começaram às nove da manhã até às seis da tarde, matou, rompeu, desbaratou e venceu o exército castelhano, que o Marquês Caracena capitão general de Estremadura governava; o qual deixou na campanha um grande número de prisioneiros e muitos cabos toda a artilharia, carregem, e a Vila Viçosa livre do sítio que lhe tinha posto. Esta memória fez, para os presentes e vindouros renderem a Deus graças e rezarem pelas almas dos que se acharam e morreram em tão notável contenda.”

Estavam ganhas as campanhas da restauração, ainda que Montes Claros não tenha sido o último episódio desta guerra prolongada. Com efeito houve apenas no Alentejo algumas escaramuças de menor importância, que em várias ocasiões se revelaram

desfavoráveis a Portugal. Schomberg tentou conquistar Albuquerque com quatro mil infantas e três mil cavalos, mas somente entrou naquela vila à custa de elevadas perdas. Na fronteira norte do País verificaram-se ainda combates, nomeadamente dentro da Galiza, em Montalegre e Chaves. Com efeito, em Outubro de 1665, Pedro Jacques de Magalhães e os condes de São João e de Miranda entraram na Galiza, tendo ocupado várias povoações e a fortaleza de La Guardia. Em resposta os castelhanos atacaram vários pontos da raia transmontana, como Barroso, Montalegre e Chaves. Finalmente o conde de São João atacou as tropas galegas em Monterrei a 20 de Novembro de 1667, mas a batalha não teve eco militar, pois os dois reinos procuravam já então o termo da guerra.

Consequências da Batalha:

A Batalha dos Montes Claros foi fundamental para que Portugal tivesse assegurado a sua integridade territorial e conseguido chegar ao séc. XXI como País livre e independente. Com efeito, e após uma série de vitórias militares, a Batalha de Montes Claros veio confirmar um processo irreversível, tendo para autores como Oliveira Martins sido a batalha decisiva que pôs termo à guerra.

O resultado desta Batalha teve importante significado e consequências para os dois lados. Para Portugal, a Batalha dos Montes Claros foi a vitória militar da Restauração que abriu definitivamente o caminho para o tratado de paz com a Espanha, o que permitiria terminar com os enormes sacrifícios humanos, financeiros e materiais associados a esta guerra. Para Espanha, esta Batalha contribuiu decisivamente para a convicção, tanto da Corte como da nobreza espanhola, de que seria impossível a submissão de Portugal pelas armas, e que portanto seria inútil o prosseguimento da luta. Bastará para este efeito referir que quando Filipe IV recebeu em Madrid a carta do Marquês de Caracena, referindo ter o seu exército sido desbaratado, mas que o pretendia reorganizar de forma a retomar os combates contra Portugal, o monarca espanhol, ao ler que o seu exército havia sido desbaratado, não leu mais nada, e deixou cair a carta exclamando: “Parece que o quer Deus”.

A morte de Filipe IV a 17 de Setembro de 1665, que teimosamente lutara sempre contra a revolta portuguesa, facilitou também a concretização deste acordo de paz.

No plano internacional, a vitória portuguesa em Montes Claros acentuou o propósito da França e da Inglaterra em promoverem o estabelecimento de um tratado de paz entre Portugal e Espanha. Para a França, a independência de Portugal relativamente a Espanha, contribuiria para assegurar a hegemonia europeia que a Guerra dos Trinta Anos lhe concedera. Desta forma, a França chegou mesmo a assinar com Portugal em 31 de Março de 1667, uma aliança ofensiva e defensiva, por 10 anos, contra Carlos II de Espanha.

Para a Inglaterra, a divisão entre Portugal e Espanha, favoreceria o aumento do seu poderio naval e facilitaria a sua expansão ultramarina. Por isso o embaixador inglês em Madrid trabalhou em 1666 e 1667 num tratado anglo-espanhol em que se previa uma trégua de 45 anos com Portugal.

Este quadro político levou assim à assinatura do Tratado de Paz em Madrid a 5 de Janeiro de 1668, e ratificado em Lisboa a 13 de Fevereiro. Este tratado previa uma paz perpétua entre os dois Países, permitia o restabelecimento da circulação de pessoas e mercadorias, e determinava a restituição de prisioneiros de guerra e do armamento capturado, nomeadamente as peças de artilharia. As terras e praças e terras indevidamente ocupadas eram também restituídas, com excepção de Ceuta, que permaneceu em poder de Espanha. As duas nações comprometiam-se ainda a auxiliarem-se mutuamente contra os seus inimigos.

Portugal não obteve contudo as indemnizações de guerra pelos prejuízos causados pela Espanha, tal como justificadamente pretendia o Conde de Castelo Melhor. Com efeito, com a queda política do Conde de Castelo Melhor em consequência da crise política de 1666 a 1668, ficou sem efeito esta pretensão portuguesa.

É assim possível afirmar que com a inequívoca vitória portuguesa na Batalha dos Montes Claros, terminou mais uma ameaça à restauração da independência portuguesa e se abriu definitivamente o caminho à existência de um País livre. Os recursos humanos, patrimoniais e financeiros existentes no País puderam, a partir de então, ser geridos apenas pelos portugueses, deixando portanto de ser utilizados pelo governo de Espanha.